



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 09 DE MAIO DE 1985

ANO XI

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 83/85

Artigo único - O artigo 54 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte redação:

Artigo 54 - A manutenção da ordem pública e a segurança-interna do Estado, assim como a prevenção, repressão e apuração das infrações penais não compreendidas na competência da Polícia Federal, serão garantidas por meio da Polícia Estadual do Paraná, na forma legal ou regulamentar.

Parágrafo único - O Poder Executivo adotará as providências visando o cumprimento do disposto no artigo anterior, especialmente quanto à absorção pela Polícia Estadual dos quadros e recursos das Polícias Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

Apoiamento: Acir Mezzadri, Antônio Belinati, Sérgio Spada Ervin Bonkoski, Erondy Silvério, Nelson Buffara, Djalma de Almeida César, Tadeu França, Trajano Bastos, Airton Cordeiro, Artagão de Mattos Leão, Tércio Albuquerque, Péricles Pacheco, Adhail Sprenger Passos, José Antônio Fonseca, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Nacional Constituinte deverá restituir aos Estados federados o poder de autodeterminar-se na questão da segurança pública, abrindo pela primeira vez na história republicana a possibilidade de participação da sociedade civil numa mudança radical - de conceito e de prática - do aparelho policial brasileiro. A violência urbana e rural tem sido agravante num contexto de tensão social, exigindo a deflagração de um movimento em mutirão para combater a criminalidade que se estende por todo o País. Nos últimos 20 anos, a segurança pública esteve centralizada no Governo Federal, embora seja matéria de competência estadual, como reflexo do autoritarismo que dominava o Brasil. A segurança pública estava atrelada a órgãos cujos interesses voltam-se, exclusivamente, para a defesa do Estado e do governo. Um estudo divulgado pelo Ministério da Justiça afirma que o organismo policial esteve mais a serviço dos poderosos do que colocado em defesa dos indivíduos de todos os segmentos sociais.

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Administração do Estado para dotar a população de um serviço policial eficiente, preventivo, o que se constata é um altíssimo índice de criminalidade nas cidades e no campo, levando a insegurança aos lares nas cidades e às fazendas na zona rural. O organismo policial civil tem-se mostrado impotente para enfrentar as quadrilhas que se organizam para a prática de assaltos a residências fábricas, estabelecimentos comerciais e bancários, fazendas, a veículos transportadores

de cargas, enfim a todos os setores de atividades no Estado.

E difícil observar que um dos fatores que, sem dúvida, impede o pleno aproveitamento e desenvolvimento do aparelho policial esta na dicotomia do organismo, o que não encontra qualquer justificativa sob o prisma administrativo. A unificação do organismo policial do Paraná se inspira em providência semelhante proposta na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo Deputado Castello Branco, cuja justificativa se aplica, também, à presente Emenda Constitucional, pois que, com efeito, a existência de duas polícias, com características e comandos diversos, voltados porém ao mesmo objetivo, implica na divisão da atividade policial e, conseqüentemente na sua melhor eficiência.

A sua unificação é pois, imperativo de ordem prática reconhecido por todos aqueles que estejam interessados em buscar soluções a tão angustiante problema, visando melhor desempenho da atividade estatal de segurança pública.

Com a unificação do aparelho policial, será possível ao Estado direcionar para um mesmo objetivo pessoal e recursos materiais que muitas vezes são dispersados pela existência de organismos paralelos, em detrimento da segurança da população paranaense. Para enfrentar questão desafiadora como é o combate à criminalidade podemos buscar contribuição de soluções nos países mais desenvolvidos e experientes, que se apresentam com polícia estadual una de comprovada eficiência na prevenção e repressão da criminalidade.

A presente proposição visa dotar o Poder Executivo de suporte legal necessário à consecução de medida reclamada pela população e perfeitamente adequada às atuais exigências da sociedade, que clama por uma solução justa e equilibrada frente à violência - produto das crises sociais.

EMENDA

PROPOSIÇÃO Nº 84/85
à Constituição do Estado do Paraná

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 22, IX, da Constituição do Estado.

Art. 1º - O artigo 22, IX, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

IX - aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

Apoiamento: Wilson Fortes

Dirceu Manfrinato
José Antônio Fonseca
Paulo Furiatti
Erondy Silvério
Ivan Gubert
Adhail Sprenger Passos
Gilberto Carvalho
Werner Wanderer
Orlando Pessuti
Antônio Belinati
Augusto Carneiro
Eduardo Baggio
Trajano Bastos
Anibal Khury
Acir Mezzadri
Caito Quintana
Nelson Vasconcellos
Péricles Pacheco.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa visa restabelecer a designação, por via eletiva, de Prefeitos da Capital e dos Municípios considerados: estâncias hidrominerais, abolindo-se a faculdade atribuída ao Governador do Estado de nomeá-los, após prévia aprovação da Assembléia Legislativa, o que, incontestavelmente, fere a autonomia municipal, pois, intuitivamente, não é autônomo um poder que se não dirige por si, mas está submetido a um outro. (in Raul Machado Horta: A Autonomia do Estado-Membro no Direito Constitucional Brasileiro - Belo Horizonte, 1964, pág. 117).

A Constituição Federal assegura a autonomia municipal pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores (art. 15, item I).

Essa autonomia é assegurada, também, pela administração própria, no que respeite ao seu peculiar interesse, especialmente quanto à decretação e arrecadação de tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei e à organização dos serviços públicos locais (art. 15,

item II a e b). A doutrina sobre a autonomia municipal ensina: que a Constituição encerra outras normas básicas, a que se vincula intimamente, essa cláusula. Alicerça o sistema político na República Federativa, sob o regime representativo (art. 1.º), proclama que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido (§ 1.º do art. 1.º). Repetindo diretriz firmada desde a Reforma de 1926, ergue a autonomia municipal à categoria de princípio constitucional da União (art. 10, VII, e). (Josaphat Marinho, A Autonomia dos Municípios e a Segurança Nacional, Revista de Informação Legislativa, n.º 17, janeiro a março, 1968, págs 3 a 10), acrescentando que, conferindo densidade a esse poder enunciado, enumera os tributos da competência dos Municípios assim como as parcelas dos impostos que lhes devem ser distribuídos. E conclui: O princípio da autonomia municipal é, portanto, pela firmeza e amplitude com que foi definido, inerente ao regime federativo instituído, o qual, por sua vez, não pode ser abolido mediante emenda à Constituição.

A Acrescentemos que a eleição pelo voto popular, dos prefeitos das capitais dos Estados, é um imperativo da democracia, que não comporta quaisquer outras alternativas senão aquela de submeter previamente ao julgamento do povo aqueles que irão administrar a cidade - centro de nossa própria sociedade.

Devolver aos eleitores a capacidade de escolha dos respectivos prefeitos é configurar, dessa forma, a plena autonomia dos municípios - indutores do progresso econômico e social e que, como cidades, têm sido, através da história da humanidade, o centro da civilização. Cabe argumentar, também, que a autonomia política deve ser acrescida de outras duas importantes autonomias, como são a financeira e a administrativa. Proceder de forma contrária, será sujeitar os habitantes de cidades brasileiras, como Curitiba, a uma lei iníqua discriminatória e reconhecidamente antidemocrática, porque sem o consentimento do povo não haverá legitimidade do poder municipal. Legitimidade política que emana da racionalidade democrática, expressa pelo exercício contínuo do voto livre e independente.